

04-Enquadramento IN: Nível III  
Empreendedor: SLAB Administração de Bens Ltda  
Empreendimento: Loteamento Residencial Santa Lúcia  
Processo nº 01506.001809/2024-14  
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico Loteamento Residencial Santa Lúcia  
Arqueólogo Coordenador: Marcos Rogério Ribeiro de Carvalho  
Arqueólogo Coordenador de Campo: Marcos Rogério Ribeiro de Carvalho  
Apoio Institucional: Museu Histórico e Pedagógico "Dr. João Theodoro Xavier" - Prefeitura de Mogi Mirim  
Área de Abrangência: Município de Campinas, no Estado de São Paulo  
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

05-Enquadramento IN: Nível III  
Empreendedor: Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL Paulista  
Empreendimento: Ramal 138 kV Altinópolis  
Processo nº 01506.000106/2024-61  
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Ramal 138 kV Altinópolis  
Arqueóloga Coordenadora: Suzana Eliza Roll Munsberg  
Arqueóloga Coordenadora de Campo: Dhara Rodrigues Lima  
Apoio institucional: Museu Histórico e Pedagógico Dr. João Theodoro Xavier  
Área de Abrangência: Municípios de Batatais e Altinópolis, no Estado de São Paulo  
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

06-Enquadramento IN: Nível III  
Empreendedor: C-Nível Energias Renováveis Ltda  
Empreendimento: PCH Várzea  
Processo nº 01425.000028/2024-02  
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área da PCH Várzea, Rio Sacre  
Arqueólogo Coordenador: Ezequiel Sena do Nascimento  
Arqueóloga Coordenadora de Campo: Kellen Larissa do Nascimento  
Apoio Institucional: Instituto Homem Brasileiro  
Área de Abrangência: Município de Brasnorte, no Estado do Mato Grosso  
Prazo de Validade: 07 (sete) meses

07-Enquadramento IN: Nível III  
Empreendedor: José Antônio Caldera  
Empreendimento: Residencial Parque Tangará  
Processo nº 01506.001148/2024-19  
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Residencial Parque Tangará  
Arqueólogo Coordenador: Diego Barrocá  
Arqueólogo Coordenador de Campo: Diego Barrocá  
Apoio Institucional: Fundação Cultural de Jacarehy "José Maria de Abreu"  
Área de Abrangência: Município de Presidente Prudente, no Estado de São Paulo  
Prazo de Validade: 03 (três) meses

08-Enquadramento IN: Nível II  
Empreendedor: Argus empreendimentos imobiliários Ltda  
Empreendimento: Quinta dos Plátanos  
Processo nº 01450.007352/2024-36  
Projeto: Acompanhamento Arqueológico na área do empreendimento "Quinta dos Plátanos"  
Arqueólogo Coordenador: Jardel Stenio de Araujo Barbosa  
Arqueólogo Coordenador de Campo: André Dal Bosco Carletto  
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História (LAEE) - Universidade Estadual de Maringá (UEM)  
Área de Abrangência: Município de Sarandi, no Estado do Paraná  
Prazo de Validade: 12 (doze) meses

09-Enquadramento IN: Nível II  
Empreendedor: Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A  
Empreendimento: Sistema de Esgotamento Sanitário - SES de Iaçú  
Processo nº 01502.001492/2024-48  
Projeto: Acompanhamento Arqueológico Sistema de Esgotamento Sanitário - SES de Iaçú  
Arqueólogo Coordenador: Bruno Moreira da Silva  
Arqueólogo Coordenador de Campo: Davi Feitosa Ribeiro  
Apoio Institucional: Núcleo de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Bahia - NEPAB, da Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC  
Área de Abrangência: Município de Iaçú, no Estado da Bahia  
Prazo de Validade: 24 (vinte e quatro) meses

10-Enquadramento IN: Nível III  
Empreendedor: Sobral Energias Renováveis Ltda  
Empreendimento: Central Geradora Fotovoltaica Sobral  
Processo nº 01496.000111/2025-11  
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Ampliação da Central Geradora Fotovoltaica Sobral  
Arqueóloga Coordenadora: Emília Maria Almeida Arnaldo  
Arqueóloga Coordenadora de Campo: Emília Maria Almeida Arnaldo  
Apoio Institucional: Instituto de Patrimônio e Guarda Arqueológica-IPGA  
Área de Abrangência: Município de Sobral, no Estado de Pernambuco  
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses

11-Enquadramento IN: Nível III  
Empreendedor: PCI & Z Gestão de Negócios e Participações Ltda  
Empreendimento: Supermercado Mariano  
Processo nº 01508.000274/2025-17  
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Empreendimento Supermercado Mariano  
Arqueólogo Coordenador: Rodrigo Junghans  
Arqueólogo Coordenador de Campo: Rodrigo Junghans  
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História (LAEE) - Universidade Estadual de Maringá (UEM)  
Área de Abrangência: Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná  
Prazo de Validade: 02 (dois) meses

12-Enquadramento IN: Nível III  
Empreendedor: OR BA 05 Empreendimento Imobiliário Ltda  
Empreendimento: Sauipe Vista  
Processo nº 01502.000595/2025-71  
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Sauipe Vista  
Arqueólogo Coordenador: Felipe Silva Sales  
Arqueóloga Coordenadora de Campo: Edinara da Silva Braga  
Apoio Institucional: Centro de Arqueologia e Antropologia de Paulo Afonso - CAAPA - Universidade do Estado da Bahia (UNEB)  
Área de Abrangência: Município de Mata de São João, no Estado da Bahia  
Prazo de Validade: 03 (três) meses

13-Enquadramento IN: Nível III  
Empreendedor: Prefeitura Municipal Marabá Paulista  
Empreendimento: Aterro Sanitário em Valas Municipal  
Processo nº 01506.000307/2025-49  
Projeto: Avaliação Impacto Patrimônio Arqueológico do Aterro Sanitário em Valas Municipal  
Arqueólogo Coordenador: Fernando José Cantele  
Arqueóloga Coordenadora Campo: Michele Mayumi Tizuka  
Apoio Institucional: Fundação Cultural de Jacarehy "José Maria de Abreu" - Prefeitura Municipal de Jacareí  
Área de Abrangência: Município de Marabá Paulista, no Estado de São Paulo  
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

14-Enquadramento IN: Nível IV  
Empreendedor: Verde Transmissão de Energia S.A  
Empreendimento: LT 500 kV Presidente Juscelino - Vespasiano 2 C 1 e C2 CD  
Processo nº 01514.002119/2022-11  
Projeto: Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico da Área de Implantação da LT 500 kV Presidente Juscelino - Vespasiano 2 C1 e C2  
Arqueólogo Coordenador: Lucas de Paula Souza Troncoso  
Arqueólogos Coordenadores de Campo: Nathalia Rodrigues de Lima e Leandro Oliveira Juncken Santos  
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Estudo da Paisagem da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)  
Área de Abrangência: Municípios de Presidente Juscelino, Santana de Pirapama, Jequitibá, Baldim, Jaboticatubas, Lagoa Santa, Santa Luzia e Vespasiano, no Estado de Minas Gerais  
Prazo de Validade: 12 (doze) meses

15-Enquadramento IN: Nível III  
Empreendedor: Construtora Lua Nova Ltda  
Empreendimento: Atacado São Luís Al Mare  
Processo nº 01494.000547/2021-04  
Projeto: Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Atacado São Luís Al Mare  
Arqueólogos Coordenadores: Janderson Rubens Tameirão e Carlos Fabiano Marques de Lima  
Arqueólogo Coordenador de Campo: Ricardo Luís Figueiredo Santos  
Apoio Institucional: Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão - Governo do Estado do Maranhão  
Área de Abrangência: Município de São José de Ribamar, no Estado do Maranhão  
Prazo de Validade: 12 (doze) meses

16-Enquadramento IN: Nível III  
Empreendedor: Incorporação Opus 82 SPE Ltda  
Empreendimento: Opus One  
Processo nº 01516.000488/2024-11  
Projeto: Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico e Monitoramento arqueológico da área Diretamente Afetada pelo Empreendimento Opus One  
Arqueóloga Coordenadora: Cristiane Loriza Dantas  
Arqueóloga Coordenadora de Campo: Maria Eduarda Evangelista de Souza  
Apoio Institucional: Museu Histórico de Jataí "Francisco Honório de Campos" - Prefeitura de Jataí  
Área de Abrangência: Município de Goiânia, no Estado de Goiás  
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

17-Enquadramento IN: Nível III  
Empreendedor: Hitachi Energy Brasil Ltda  
Empreendimento: Planta Industrial Hitachi  
Processo nº 01506.000743/2025-18  
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de intervenção do Empreendimento Planta Industrial Hitachi  
Arqueólogo Coordenador: Renato Kipnis  
Arqueóloga Coordenadora de Campo: Jeane Santana de Assis  
Apoio Institucional: Museu de Arqueologia e Paleontologia de Araraquara - MAPA - Prefeitura de Araraquara  
Área de Abrangência: Município de Pindamonhangaba, no Estado de São Paulo  
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

18-Enquadramento IN: Nível IV  
Empreendedor: Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (ISA CTEEP)  
Empreendimento: LT 500 kv Governador Valadares 6 - Leopoldina 2, C1 e C2 - LT 500 kv Leopoldina 2 - Terminal rio C1 e C2 e Ampliação da SE Terminal Rio  
Processo nº 01450.005505/2023-20  
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Empreendimento "LT 500 kV Governador Valadares 6 - Leopoldina 2, C1 e C2 - LT 500 kV Leopoldina 2 - Terminal Rio C1 e C2 e ampliação da SE Terminal Rio"  
Arqueólogas Coordenadoras: Janaína Patrícia Coutinho e Jane da Silva  
Arqueólogos Coordenadores de Campo: Andrews Araújo Rodrigues e Pedro Henrique de Oliveira Pimenta Sousa  
Apoios Institucionais: Laboratório de Arqueologia e Estudo da Paisagem - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) e Laboratório de Arqueologia Brasileira (LAB)  
Área de Abrangência: Municípios de Simão Pereira, Santana do Deserto, Mar de Espanha, Senador Cortes, Maripá de Minas, Argirita, Leopoldina, Cataguases, Santana de Cataguases, Muriaé, Miradouro, Vieiras, São Francisco do Glória, Fervedouro, Carangola, Divino, Orizânia, Santa Margarida, Matipó, Raul Soares, Vermelho Novo, Caratinga, Bom Jesus do Galho, entre Folhas, Inhapim, Iapu, São João do Oriente, Sobralia, Fernandes Tourinho, Alpercata, Governador Valadares, Caputira e Mirai, no Estado de Minas Gerais; Municípios de Paracambi, Piraí, Barra do Piraí, Mendes, Vassouras, Rio das Flores, Paraíba do Sul e Comendador Levy Gasparian, no Estado do Rio de Janeiro  
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

Ministério da Defesa

COMANDO DA AERONÁUTICA

DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO

RETIFICAÇÃO

No edital de Extrato de Ata, publicado no Diário Oficial da União - DOU de 24 de junho de 2025, Edição 116, Seção 1, página 34 na Comissão de Padronização de Objeto: Onde se lê:

Aos dezoito dias do mês de maio de 2025, reuniram-se nas dependências da Vice-Direção do DECEA os membros da Comissão de Padronização das EMS 1/2/3 e Automática, da VAISALA, designada pela Portaria DECEA nº 62/SDTE, de 16 de abril de 2025. (...) A pauta da reunião consistiu na análise e emissão de parecer, conforme a legislação vigente, sobre a adoção das Estações Meteorológicas de Superfície EMS-1 SH95, EMS-2 SH15TA, EMS-3 SH14 e EMS-A (Automática) SH10A, todas da fabricante VAISALA, como padrão para o SISCEAB. (...) destacou os objetivos do processo de padronização, ressaltando a importância da uniformização dos equipamentos para otimizar a eficiência e a segurança das operações no âmbito do SISCEAB.(...) principais vantagens: assegurar a compatibilidade e a interoperabilidade dos equipamentos, permitir a uniformidade das especificações técnicas, redução de custos logísticos (aquisição de sobressalentes, ferramentas, treinamento de pessoal e manutenção), homogeneidade do processo de manutenção, além de manter a integridade, a confiabilidade e a uniformidade das informações meteorológicas. (...) Concluiu-se, então, que a Comissão manifestou o entendimento de que a padronização das EMS-1 SH95, EMS-2 SH15TA, EMS-3 SH14 e EMS-A SH10A, da empresa VAISALA, configura-se como uma medida estratégica, capaz de proporcionar benefícios significativos ao SISCEAB sob a perspectiva técnica, operacional e econômica. Diante do exposto, a Comissão recomenda a aprovação da adoção das EMS-1 SH95, EMS-2 SH15TA, EMS-3 SH14 e EMS-A SH10A, da VAISALA, como modelo padrão no SISCEAB. Este documento é parte transcrita do original.

Maj Brig Ar Sérgio Rodrigues Pereira Bastos Junior  
Presidente da Comissão de Padronização



Leia-se:  
Aos dezoito dias do mês de maio de 2025, reuniram-se nas dependências da Vice-Direção do DECEA os membros da Comissão de Padronização das EMS 1/2/3 e Automática, da VAISALA, designada pela Portaria DECEA nº 62/SDTE, de 16 de abril de 2025. (...) A pauta da reunião consistiu na análise e emissão de parecer, conforme a legislação vigente, sobre a adoção das Estações Meteorológicas de Superfície EMS-1 SH95, EMS-2 SH15TA, EMS-3 SH14 e EMS-A (Automática) SH10A, todas da fabricante VAISALA, como padrão para o SISCEAB. (...) destacou os objetivos do processo de padronização, ressaltando a importância da uniformização dos equipamentos para otimizar a eficiência e a segurança das operações no âmbito do SISCEAB.(...) principais vantagens: assegurar a compatibilidade e a interoperabilidade dos equipamentos, permitir a uniformidade das especificações técnicas, redução de custos logísticos (aquisição de sobressalentes, ferramentas, treinamento de pessoal e manutenção), homogeneidade do processo de manutenção, além de manter a integridade, a confiabilidade e a uniformidade das informações meteorológicas. (...) Concluiu-se, então, que a Comissão manifestou o entendimento de que a padronização das EMS-1 SH95, EMS-2 SH15TA, EMS-3 SH14 e EMS-A SH10A, da empresa VAISALA, configura-se como uma medida estratégica, capaz de proporcionar benefícios significativos ao SISCEAB sob a perspectiva técnica, operacional e econômica. Diante do exposto, a Comissão recomenda a aprovação da adoção das EMS-1 SH95, EMS-2 SH15TA, EMS-3 SH14 e EMS-A SH10A, da VAISALA, como modelo padrão no SISCEAB. Este documento é parte transcrita do original. Processo Administrativo de Gestão Eletrônico nº 67600.009023/2025-58.  
Maj Brig Ar Sérgio Rodrigues Pereira Bastos Junior  
Presidente da Comissão de Padronização  
Aprovação da padronização: Ten Brig Ar Maurício Augusto Silveira de Medeiros  
Diretor-Geral do DECEA.

Ten Brig Ar Maurício Augusto Silveira de Medeiros  
Diretor-Geral

COMANDO DO EXÉRCITO  
COMANDO LOGÍSTICO

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS CONTROLADOS

CONSULTA PÚBLICA Nº 2, DE 21 DE JULHO DE 2025

O DIRETOR DE FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS CONTROLADOS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso III do art. 1º do Regulamento do Comando Logístico, aprovado pela Portaria - C Ex nº 2039, de 23 de agosto de 2023; o art. 56, incisos XVI e XX, das Instruções Gerais para a Fiscalização de Produtos Controlados pelo Exército, aprovada pela Portaria nº 1.757, de 31 de maio de 2022, ambas do Comandante do Exército; o art. 143 do Regulamento de Produtos Controlados, aprovado pelo Decreto nº 10.030, de 30 de setembro de 2019; e considerando o art. 10 do Decreto nº 10.411, de 30 de junho de 2020, resolve:  
Submeter à consulta pública a proposta de Portaria que dispõe sobre as Normas Reguladoras do exercício de atividades com veículos automotores blindados, blindagens balísticas e o Sistema de Controle de Veículos Automotores Blindados e Blindagens Balísticas, a ser publicada. O texto da proposta pode ser acessado na plataforma digital "Participa+Brasil"<https://www.gov.br/participamaisbrasil/consultas-publicas>  
As contribuições deverão ser encaminhadas via plataforma digital "Participa + Brasil", disponível no sítio acima indicado das 10:00 do dia 22 de julho de 2025 às 10:00 do dia 21 de agosto de 2025.

Gen Bda ANDRÉ MONTEIRO GUSMÃO

Ministério do Desenvolvimento,  
Indústria, Comércio e Serviços

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL MDIC/MCTI Nº 125, DE 17 DE JULHO DE 2025

Altera os Processos Produtivos Básicos para os produtos FITA ADESIVA, nos tipos relacionados no anexo desta Portaria, e PELÍCULA AUTOADESIVA, EM FORMA DE FOLHA OU ROLO", industrializados na Zona Franca de Manaus.

OS MINISTROS DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS e DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no §6º do art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967 e considerando o que consta no processo nº 19687.007195/2024-51, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, resolvem:

Art. 1º O Processo Produtivo Básico para os produtos FITA ADESIVA, nos tipos relacionados o Anexo desta Portaria e PELÍCULA AUTOADESIVA, EM FORMA DE FOLHA OU ROLO, industrializados na Zona Franca de Manaus, passam a vigorar com as seguintes alterações:

- I - deposição da camada de adesivo nas películas, a partir dos rolos master ou jumbo;
- II - corte longitudinal e transversal da película adesivada, a partir do rolo máster ou jumbo, em fita adesiva em rolo ou em película autoadesiva em rolo ou folha;
- III - fabricação do núcleo interno de papelão (tubete), a partir da aplicação de cola ou adesivo, nas tiras de papel ou do núcleo interno de plástico por processo de injeção, impressão 3D ou moldagem do núcleo interno, conforme o caso, quando aplicável;
- IV - bobinamento das fitas adesivas ou películas autoadesivas no núcleo interno de papelão ou de plástico, quando aplicável; e
- V - fabricação de, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das embalagens individual e coletiva, tomando-se por base a produção no ano-calendário.

§ 1º Todas as etapas do Processo Produtivo Básico acima descrito deverão ser realizadas na Zona Franca de Manaus, observando o disposto no § 2º deste artigo, exceto a etapa constante no inciso "V", que poderá ser realizada em qualquer região do País.

§ 2º Para os núcleos internos (tubetes) de papelão, com diâmetros inferiores a 3 (três) polegadas (76,20 mm), utilizados nas fitas adesivas, a empresa fabricante poderá terceirizar, em outras regiões do País, a etapa estabelecida no inciso "III" deste artigo, limitada à quantidade de 30% (trinta por cento) da produção de fitas adesivas, no ano-calendário.

§ 3º Desde que obedecido o Processo Produtivo Básico, as atividades ou operações inerentes às etapas de produção poderão ser realizadas por terceiros, exceto as etapas descritas nos incisos "II" e "IV", que não poderão ser objetos de terceirização.

§ 4º Para o produto fita adesiva de polipropileno de face simples, quando for produzido e comercializado com o cabo plástico, este deverá ser fabricado na Zona Franca de Manaus, por meio de injeção, impressão 3D ou moldagem plástica, facultando-se à empresa optar pela alternativa prevista no § 3º deste artigo.

§ 5º Entende-se por fita adesiva o produto cuja largura não seja superior a 36 (trinta e seis) cm, composto por uma tira contínua de material flexível fabricado de tecido, papel, folha de alumínio, borracha, espuma, acrílico, fibra de vidro, tecido não tecido (TNT), policloreto de vinila (PVC), polipropileno, polietileno, poliéster, PTFE (teflon), polyimida, poliéster reforçado com filamentos de fibra de vidro, polipropileno reforçado com filamentos de fibra de vidro, revestidos em um lado (simples face) ou ambos os lados (dupla face), com um adesivo agressivo e pegajoso que adere a quase tudo aplicando uma leve pressão e não precisa de nenhum tempo de secagem ou cura.

- § 6º As fitas adesivas são produtos compostos basicamente por:
- I - dorso: substrato flexível que carrega o adesivo;
- II - adesivo: substância não-metálica, viscoelástica, que adere mediante adesão superficial sob pressão;
- III - liner: material usado como proteção durante manuseio e transporte de fitas dupla-face a fim de evitar que a fita grude em si mesma; e
- IV - camada de release: material antiaderente aplicado no dorso no lado oposto ao adesivo a fim de garantir uma força de desenrolamento uniforme no material.

§ 7º Entende-se por película autoadesiva, de plástico ou papel, o produto em folhas ou rolos, exceto em rolo master ou jumbo.

Art. 2º Para a fabricação do produto película autoadesiva, em forma de folhas, ficam dispensados o cumprimento das etapas descritas nos incisos "III" e "IV" do art. 1º desta Portaria.

Art. 3º A obrigatoriedade constante no inciso "I" do art. 1º poderá ser dispensada, desde que a empresa interessada cumpra compromisso de aplicação em atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I), nos termos definidos pelo art. 5º.

Art. 4º O cumprimento da etapa constante no inciso "IV" do art. 1º, exclusivamente para os produtos fita adesiva de poli(cloreto de vinila) - PVC sensível à pressão para fins elétricos (fita isolante) e para demarcação de solo, poderá ser dispensado, desde que a empresa interessada cumpra compromisso de aplicação em atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, nos termos nos termos definidos pelo art. 5º desta Portaria.

Art. 5º Os investimentos em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) mencionados nos arts. 3º e 4º deverão ser realizados na Amazônia Ocidental ou Amapá, à alíquota de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento), incidente sobre o faturamento bruto, decorrente das dispensas, deduzidos os tributos incidentes sobre a comercialização, mediante aplicação em programa prioritário instituído pelo Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia (CAPDA) ou mediante a formulação e execução de projetos que objetivem a geração de produtos, suas partes e peças ou processos inovadores, bem como o desenho industrial de novos produtos, em conformidade ao disposto no art. 2º do Decreto nº 5.798, de 7 de junho de 2006.

Parágrafo único. Os projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I), apresentados em momento anterior à publicação desta Portaria deverão ser implementados nos termos em que tenham sido aprovados e em conformidade com a legislação vigente à época de sua apresentação.

Art. 6º Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados, assim o determinarem, a realização de qualquer etapa do Processo Produtivo Básico poderá ser suspensa temporariamente ou modificada, através de Portaria conjunta dos Ministérios do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços e da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Art. 7º Ficam revogadas a Portaria Interministerial SEPEC/ME/SEXEC/MCTIC nº 18, de 27 de abril de 2020 e a Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 18, de 16 de outubro de 2023.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GERALDO JOSÉ RODRIGUES ALCKMIN FILHO  
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria,  
Comércio e Serviços

LUCIANA BARBOSA DE OLIVEIRA SANTOS  
Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

ANEXO

Nº	PRODUTO
1	Fita adesiva transferível
2	Fita adesiva dupla face de acrílico
3	Fita adesiva dupla face de espuma
4	Fita adesiva poli(cloreto de vinila) - PVC
5	Fita adesiva de polipropileno
6	Fita adesiva de polietileno
7	Fita adesiva de poliéster
8	Fita adesiva de teflon
9	Fita adesiva de poliéster reforçada com filamentos de fibra de vidro
10	Fita adesiva dupla face de polipropileno
11	Fita adesiva dupla face de poliéster
12	Fita adesiva de borracha de alta tensão
13	Fita adesiva de papel
14	Fita adesiva dupla face de papel
15	Fita adesiva de tecido com polietileno
16	Fita adesiva de tecido de polietileno de alta densidade
17	Fita adesiva de tecido rayon
18	Fita adesiva de tecido
19	Fita adesiva simples face de tecido
20	Fita adesiva dupla face de tecido
21	Fita adesiva tecido de fibra de vidro
22	Fita adesiva dupla face de tecido com poli(cloreto de vinila) - PVC
23	Fita adesiva de alumínio
24	Fita adesiva de polipropileno de face simples, com ou sem cabo plástico

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 1.175, DE 11 DE JULHO DE 2025

Dispõe sobre a extensão extraordinária do mandato dos atuais membros do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e Outras - CNLGBTQIA+, e estabelece as competências durante o período excepcional.

A MINISTRA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, no uso da atribuição que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e considerando o disposto no art. 2º, III, do Decreto nº 11.341, de 1º de janeiro de 2023, resolve:

Art. 1º Estender, em caráter extraordinário, o mandato dos atuais membros do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e Outras - CNLGBTQIA+.

§ 1º Durante o período de extensão extraordinária de seus mandatos, os membros do CNLGBTQIA+ terão suas competências limitadas às tarefas de organização do processo eleitoral interno e à organização e realização da 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+.

§ 2º O processo eleitoral referido no § 1º deverá ocorrer em até 90 dias após o término da 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MACAÉ EVARISTO

